

Os movimentos sociais do campo e a formação do educador

Ramofly Bicalho Ramos¹

Resumo

Neste trabalho, investigamos as articulações entre os movimentos sociais do campo e a formação continuada de educadores nas escolas do campo de Nova Iguaçu / RJ, ressaltando a importância da memória e histórias de vida, como fatores políticos e pedagógicos que viabilizam o envolvimento crítico e formação de novos sujeitos sociais, numa perspectiva emancipatória e histórica. Constatamos que a limitação do espaço físico e a falta de condições mínimas de infra-estrutura nas escolas do campo, podem gerar laços de solidariedade e movimentos reivindicatórios, denunciando o descompromisso histórico com a educação pública e valorizando as experiências iniciais de formação continuada desenvolvidas na Escola Municipalizada Campo Alegre.

Palavras-chave: educação do campo, movimentos sociais, formação do educador

The social movements of the field and the formation of educator

Abstract

In this paper, we investigate the links between rural social movements and the continuous training of teachers in schools in Nova Iguaçu field / RJ, emphasizing the importance of memory and life stories, as political and pedagogical factors that enable the critical involvement and training new social subjects, an emancipatory and historical perspective. We found that the limited physical space and the lack of minimum conditions of infrastructure in schools in the field, can generate solidarity and collective protests movements bonds, denouncing the historical lack of commitment to public education and enhancing the initial experiences of continuing education developed at School municipalized Campo Alegre.

Keywords: education field, social movements, teacher training

¹ Docente na UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Seropédica. Lotado no Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade. Coordenador da Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA).

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da pesquisa educação do campo no município de Nova Iguaçu com a colaboração do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC / CNPq na UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O objetivo principal foi mostrar a estreita articulação entre os movimentos sociais do campo² e a formação do educador, considerando a participação dos sujeitos como seres históricos e culturais. Compreendemos que a formação continuada de educadores e educandos das 12 escolas do campo³ de Nova Iguaçu / RJ, podem estar articuladas às atividades de ensino, pesquisa e extensão propostas nas comunidades, dialogando com a licenciatura em educação do campo⁴ e o projeto⁵ oficinas, rodas de leituras e contação de histórias na formação de professores do campo, ambos na UFRRJ, além do fórum de educação do campo⁶ no referido município.

Trabalhamos com as possibilidades de formação dos educadores atrelada à defesa de projetos político-pedagógicos (PPP) emancipadores nas escolas do campo de Nova Iguaçu, considerando as histórias de vida, memórias, construção coletiva, lutas por reconhecimento identitário e novas formas de coesão social vividas pelos movimentos sociais do campo. Acreditamos que a formação político-pedagógica deve envolver educadores/as e educandos/as oriundos dos movimentos sociais presente nas escolas do campo em assentamentos, acampamentos e territórios quilombolas. Neste debate, entendemos que as licenciaturas em educação do campo nas universidades públicas, com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão podem ressignificar vidas, costumes, conceitos e histórias.

² MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens; Caiçaras; CPT – Comissão Pastoral da Terra; FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura; Indígenas; Movimento de mulheres camponesas; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Quilombolas; Ribeirinhos e Via Campesina.

³ E.M. Campo Alegre. E. M. Visconde de Itaboraí. E. M. Shangri-lá. E. M. Adrianópolis. E. M. Barão de Guandu. E. M. Barão de Tinguá. E. M. Daniel Nogueira Ramalho. E. M. Jardim Montevideu. E. M. Profª Lúcia Vianna Capelli. E. M. Vale do Tinguá. E. M. Jaceruba. E. M. Dr. José Brigagão Ferreira.

⁴ Com duração de quatro anos, esta licenciatura forma docentes para as áreas de Ciências Sociais e Humanidades, com ênfase em História e Sociologia. Além da formação para o ensino básico, os estudantes têm disciplinas nas áreas de agroecologia, meio ambiente, diversidade e direitos humanos.

⁵ Programa de Bolsas Institucionais de Extensão - BIEXT/UFRRJ 2015/2016.

⁶ Regimento interno do fórum de educação do campo de Nova Iguaçu. Art. 1º. O Fórum de Educação do Campo de Nova Iguaçu é um órgão colegiado de natureza consultiva, de assessoramento e fiscalização, voltada ao estudo, à formulação de políticas e diretrizes para a consecução das finalidades da Educação do Campo.

A formação emancipadora dos sujeitos está ancorada na construção da identidade pessoal e coletiva, na centralidade do conflito de ideias e nos valores de uma nova sociedade. Nesta pesquisa, nos envolvemos com os aspectos culturais vivenciados pela mística, histórias de vida, identidades, memórias, luta pela terra e possibilidades de formação dos educadores e educandos, respeitando-se os valores da solidariedade, da ética e as dificuldades encontradas na consolidação da educação do campo em Nova Iguçu. Importante a atuação crítica do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da CPT - Comissão Pastoral da Terra, cobrando do poder público, ações de fortalecimento da educação pública nas 12 escolas do campo, devendo ser assumidas com orgulho por educadores, educandos, pais, comunidades e os próprios movimentos sociais. Na construção dos referenciais teórico-metodológicos, consultamos inúmeros documentos⁷, alguns produzidos pelos movimentos sociais do campo, em parceria, com sindicatos, universidades públicas e secretarias municipais de educação, além da nossa participação em reuniões e congressos, com acesso às atas e relatórios. Nesta pesquisa, comparamos e entrecruzamos vozes advindas de diversas fontes documentais, escritas e orais, enfrentando o enorme desrespeito à identidade e auto-estima dos educadores e educandos do campo. Para este artigo, o objetivo principal foi perceber a estreita articulação entre a CPT e o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na formação dos educadores da Escola Municipalizada Campo Alegre.

⁷ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título I, Artigo 3º IV e Seção I – Da Educação, Artigo 206; 2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB — nº. 9.394/96, Artigos, 28, 78, 79; 3) ENERA – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária, organizado em 1997, pelos movimentos sociais do campo, em parceria com a UNB – Universidade de Brasília; 4) PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, criado em 1998, junto ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; 5) Resolução do Conselho Nacional de Educação / Conselho Educação Básica - CNE / CEB - nº. 1, de 3 de abril de 2002 – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo; 6) Programa Escola Ativa; 7) ProJovem Campo Saberes da Terra; 8) ProJovem Rural; 9) PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo 10) Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e, nela, a educação do campo como modalidade de ensino; 11) Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e, por último, 12) PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo, lançado no dia 20 de março de 2012.

ESCOLAS DO CAMPO E FORMAÇÃO DO EDUCADOR

Neste estudo, penetramos no cotidiano das atividades de ensino e formação promovidas pelas 12 escolas do campo em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, RJ. Nas unidades escolares conversamos com a direção, coordenação pedagógica, educadores, educandos e representantes dos movimentos sociais, ressaltando as diversas dimensões da prática pedagógica desenvolvidas junto a licenciatura em educação do campo na UFRRJ, congressos, seminários e fóruns de educação do campo, em parceria, com a secretaria municipal de educação. Na realização dos encontros coletivos e dinâmicas de trabalho, priorizamos o diálogo entre os sujeitos envolvidos com os movimentos sociais e a temática da formação de educadores do campo.

Para compreender a organização do movimento de luta por educação do campo e sua relação com a formação do educador, utilizamos, inicialmente, os seguintes documentos: LDB 9394/96; Diretrizes Operacionais Por uma Educação do Campo, 2002; PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo; Resolução nº4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; Decreto PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária; PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo e o Dicionário da educação do campo, lançado pela Editora Expressão Popular. Nossa maior preocupação foi compreender a formação político-pedagógica de educadores e educandos, o reconhecimento das suas histórias de vida, memórias, identidades e vínculos com a escola do campo, ressaltando que as conversas informais foram essenciais para sistematização das ideias e conhecimento das realidades sociais, no diálogo com estudiosos dos movimentos sociais e educação do campo. (FERNANDES, 1999, 2008; FREIRE, 1975, 1983; VENDRAMINI, 2009; ANTUNES, 2010, 2012; ARROYO, 1999, 2004; HONNETH, 2003; MOLINA, 2010, 2011, 2012, 2014; CALDART, 2010 2012, 2015).

Na formação do educador partimos do seguinte pressuposto: quando o sujeito não é reconhecido em seu potencial e nas histórias de vida que carrega, a construção da identidade pessoal e coletiva é afetada. Várias são as possibilidades de desrespeito à identidade dos sujeitos camponeses. Honneth (2003, p. 215) destaca que: “*formas de maus-tratos práticos, em que são tiradas violentamente de um ser humano todas as possibilidades da livre disposição sobre o seu corpo, representam a espécie mais elementar de rebaixamento pessoal*”. O desrespeito aos movimentos sociais e à identidade de educadores e educandos do campo, pode contribuir com provocações,

humilhações, baixa-estima das pessoas e consequências negativas na organicidade das escolas do campo. Essas situações de desconforto podem provocar o enfraquecimento de todo coletivo. Segundo Honneth (2003, p. 215).

(...) toda tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra a sua vontade e com qualquer intenção que seja, provoca um grau de humilhação que interfere destrutivamente na auto-relação prática de um ser humano, com mais profundidade do que outras formas de desrespeito; pois a particularidade dos modos de lesão física, como ocorrem na tortura ou na violação, não é constituída, como se sabe, pela dor puramente corporal, mas por sua ligação com o sentimento de estar sujeito à vontade de um outro, sem proteção, chegando à perda do senso da realidade.

Quando a formação política e pedagógica dos educadores é inadequada e a realidade de vida desses sujeitos não é valorizada no cotidiano da escola, toda relação de pertencimento, proximidade e respeito fica ofuscada e desprotegida. Quando o desrespeito afeta a identidade pessoal do sujeito, os espaços de conflitos e contradições internas tendem a aumentar, gerando consequências negativas nas relações entre indivíduo – coletivo. Por outro lado, importante frisar, que as atitudes de desrespeito não diminuem a intensidade das lutas organizadas pelos movimentos sociais, em favor da educação do campo plena de direitos, deveres, formação crítica e emancipadora dos educadores. Para estes movimentos sociais é essencial a conquista de políticas públicas⁸. No entanto, não é suficiente para romper com as relações autoritárias e hegemônicas de poder. Tais políticas, quando distante das realidades campesinas, não consolida e nem resolve os problemas educacionais vividos nas escolas do campo, em assentamentos e acampamentos da reforma agrária. Honneth (2003) afirma, em sua luta por reconhecimento, que a base da interação é o conflito. O processo de

⁸ PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, criado em 1998, junto ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Resolução do Conselho Nacional de Educação / Conselho Educação Básica - CNE / CEB - nº. 1, de 3 de abril de 2002 – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo. Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e, nela, a educação do campo como modalidade de ensino. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo, lançado no dia 20 de março de 2012.

construção e fortalecimento da identidade, pessoal e coletiva, dialoga, necessariamente, com as diversas lutas pelo reconhecimento.

Segundo Caldart (2004), o conceito de identidade deve ser assumido com orgulho por educadores, educandos, pais, escolas e movimentos sociais. A formação política deve respeitar os diversos valores oriundos da religiosidade, histórias de vida e questões sócio-culturais. O MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e do PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o MEC - Ministério da Educação, através da SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, as universidades públicas, secretarias de educação e movimentos sociais do campo contribuem na formação de educadores e educandos. Identificamos a realização de cursos de extensão, graduação e pós-graduação em agroecologia, segurança alimentar e realidade brasileira, além do ProJovem Campo saberes da terra e as licenciaturas em educação do campo. Esses são espaços de formação crítica, emancipadora e autônoma dos sujeitos envolvidos com os desafios da educação do campo e a formação do educador.

Nesse envolvimento, a superação dos desafios e a conquista de espaços que respeitem as lutas e os saberes produzidos por homens e mulheres do campo, é sempre uma preocupação constante do coletivo de educadores vinculados aos movimentos sociais. Segundo Arendt (1972, p. 247), *“pode-se aprender o dia todo sem por isso ser educado”*, prevalecendo aspectos de um ensinamento vazio e degenerador. Afirma ainda que: *“a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens.”* Nesse processo de organização, formação política e envolvimento coletivo, Abramovay (1985, p. 57) argumenta que: *“os acampados, ao se organizarem coletivamente, deixam de ser apenas os objetos do processo de reforma agrária e tornam-se sujeitos, eles passam do plano receptivo para o ativo”*.

Importante salientar, por exemplo, que a ocupação das terras improdutivas nesse país é apenas mais uma das estratégias utilizadas pelas lideranças dos movimentos sociais na luta pelo reconhecimento identitário. Luta popular de resistência coletiva dos trabalhadores e educadores do campo, em defesa dos ideais educacionais e formação política. Resistência que acompanha familiares, educadores e educandos nas ocupações de terras, nas negociações com o INCRA, na luta contra o fechamento das escolas do campo

e a utilização, cada vez maior, de agrotóxicos e transgênicos. Interessante ainda, a luta dos movimentos sociais e coletivo de educadores, por cursos nas universidades públicas, atendendo os interesses e realidades dos diversos territórios camponeses no Brasil. As universidades e escolas do campo são encaradas como espaços de luta pelo reconhecimento, no diálogo e enfrentamento das diferentes formas de resistências e dificuldades. (BEZERRA, 1999, 2011, 2013).

O acampamento, mesmo com calor intenso, frio exagerado, precária iluminação e falta de água potável, em sua grande maioria, pode ser espaço de formação política dos educadores. Para Abramovay (1985) acampar, neste sentido, consiste em tomar a ofensiva da luta, demonstrando que os agricultores são agentes em transformação na construção de sua identidade política. A ocupação é uma atividade coletiva que envolve expectativas e compromissos, mostrando a realidade de injustiça contra os povos camponeses. São os trabalhadores rurais desafiando o Estado, representante legítimo dos interesses da burguesia. Essas experiências de organização e resistência, individual e coletiva, dos trabalhadores estão associadas às histórias de vida, medos, desejos e sonhos, contribuindo na formação emancipadora, crítica e questionadora de educadores e educandos. Segundo Elias (1994, p. 17):

Na vida social de hoje, somos incessantemente confrontados pela questão de se e como é possível criar uma ordem social que permita uma melhor harmonização entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos, de um lado, e, de outro, as exigências feitas a cada indivíduo pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência do todo social. (...) Mas, ao pensarmos calmamente no assunto, logo se evidencia que as duas coisas só são possíveis juntas: só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito.

Considerando que educadores, educandos, movimentos sociais e seus integrantes não vivem isolados na sociedade, é possível que tal retórica passe distante da realidade de vida dos sujeitos camponeses. Estamos, todos nós, permeados de contradições e, nesse sentido, lidar apenas com o coletivo não é suficiente para que trabalhadores e educadores do campo, em sua formação político-pedagógica, alcancem a tão sonhada libertação e hegemonia nas relações de poder. Sendo assim, o conceito de coletivo pode atuar como

armadilhas no aprendizado das lutas, em especial, quando as atitudes tomadas passam pelo receio de ser diferente e contrária a maioria do grupo. Sobre o papel desempenhado pelas maiorias Arendt (1972, p. 230) afirma:

Ao emancipar-se da autoridade dos adultos, a criança não foi libertada, e sim sujeita a uma autoridade muito mais terrível e verdadeiramente tirânica, que é a tirania da maioria. Em todo caso, o resultado foi serem as crianças, por assim dizer, banidas do mundo dos adultos. São elas, ou jogadas a si mesmas, ou entregues à tirania de seu próprio grupo, contra o qual, por sua superioridade numérica, elas não podem se rebelar, contra o qual, por serem crianças, não podem argumentar, e do qual não podem escapar para nenhum outro mundo por lhes ter sido barrado o mundo dos adultos.

No entanto, para os movimentos sociais do campo, as marchas e atos públicos, coletivamente organizados, podem pressionar o Estado, envolvendo universidades, sindicatos, associações de moradores, escolas do campo, educadores, educandos e trabalhadores rurais na luta por reforma agrária, formação política, educação pública, gratuita e de qualidade para todos, contribuindo na conquista dos valores identitários e princípios da educação do campo. Essa conjuntura de lutas e organização coletiva pode possibilitar que seus atores dêem adeus à inocência.

É essencial para os sujeitos camponeses participarem das lutas por educação do campo, considerando a formação crítica dos educadores, estreita relação com os movimentos sociais, disciplina, maturidade política, esperança e organização no enfrentamento das adversidades. A insegurança e a dedicação também fazem parte desse processo de conquista da educação pública de qualidade nas escolas do campo. Para os movimentos sociais, músicas, poesias, literatura de cordel e místicas devem ser vivenciadas nas escolas do campo, nos fóruns e coletivos de educadores, superando angústias, dúvidas e incertezas acerca da praticidade da educação do campo. Quando educadores e educandos ocupam, criticamente, a escola do campo, produzindo conhecimentos contra-hegemônicos, as experiências de lutas por espaços democráticos, são incentivadas e reconhecidas.

A participação dos sujeitos, individuais e coletivos, da educação do campo nas experiências de formação e cooperação é essencial, rompendo com o trabalho individual e isolamento, cada vez maior, dos pares e áreas de conhecimento. Essas experiências, se transformadas em ferramentas de lutas,

fortalecem todo o processo. Que interessante seria, se todas as escolas do campo considerassem, na sua organicidade, a estreita relação entre ocupações de terras improdutivas, produção agroecológica, histórias de vida, formação político-pedagógica emancipadora, gestos, resistências, identidades e memórias de homens, mulheres, crianças, jovens e adultos do campo.

Para Caldart (2000, p. 04): *“Cada sem-terra que entra no MST entra também num mundo já produzido de símbolos, gestos, exemplos humanos, valores, que a cada ação ele vai aprendendo a significar e ressignificar”*. A construção da identidade é gradativa. Militantes e educadores vão se conhecendo, tendo a oportunidade de discutir, refletir e opinar sobre valores, experiências e solidariedade entre os sujeitos, alicerçada na amplitude das relações de respeito e ética. Os sonhos, utopias e histórias de vida compõe esse movimento de implementação da educação do campo no Brasil, alimentando a esperança de educadores, movimentos sociais, universidades, escolas do campo, secretarias municipais e estaduais de educação. Como já fora dito, marchas, místicas, sonhos, poesias e a ocupação do *“latifúndio do saber”* são ferramentas de resistência na luta por terra, educação do campo e formação política.

Acreditamos que as universidades públicas desse país, movimentos sociais, secretarias municipais e estaduais de educação tem condições de construir, coletivamente, projetos emancipadores que elevem a auto-estima, criticidade e autonomia dos sujeitos na formação dos educadores das escolas do campo. Obviamente, essas questões não estão desvinculadas da capacidade de mobilização social e política que os sujeitos do campo constroem no seu íntimo. O reconhecimento identitário e as histórias de vida dos atores devem ser fortalecidas com as novas conquistas e a capacidade de propor, questionar, dialogar e refletir sobre as relações de poder e saberes historicamente estabelecidos.

RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO

No município de Nova Iguaçu, nossa maior preocupação foi compreender as concepções filosóficas de construção da educação do campo, através das fontes documentais, orais e escritas. A SEMED - Secretaria Municipal de Educação, no diálogo com a UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPT - Comissão Pastoral da Terra e MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, contribuiu com debates acerca das demandas da educação do campo no PME - Plano Municipal de Educação de Nova Iguaçu, formulado, a partir da Conferência Municipal de

Educação, realizada de 29/02 a 01/03 de 2008. O documento de referência apresentado nessa Conferência incorporou os princípios da educação do campo aprovados na “*Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo*”, realizada em Luziânia (GO), julho de 1998. Ao incorporar as propostas ali contidas, a Conferência Municipal condensou uma longa caminhada trilhada há décadas pelos povos camponeses, em luta, por esse país afora. Para os movimentos sociais de Nova Iguaçu, essa articulação significou uma relevante vitória no plano das propostas e, em médio prazo, pode contribuir para transformação das condições físicas e humanas das escolas e práticas pedagógicas do campo.

Nova Iguaçu, ao contemplar no PME a educação do campo, sinalizou para a importância de reconhecer sua especificidade educativa, contribuindo no fortalecimento dessa modalidade da educação, inclusive, nos demais municípios da Baixada Fluminense. Na época, a proposta da SEMED já apontava algumas preocupações: 1) baixo rendimento dos estudantes. 2) ausência de especificidades nas escolas do campo. 3) educadores não reconheciam sua unidade escolar, como escola do campo. 4) ausência de diretrizes curriculares, projetos específicos e orçamento para as escolas do campo. 5) políticas de formação e vinculação dos educadores às escolas do campo. 6) falta de engajamento e altíssima rotatividade dos educadores. 7) condições infra-estruturais precárias e inadequadas das unidades escolares. 8) inexistência de escolas do campo que atendam à educação infantil, séries finais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos. 9) falta de assistência à saúde nas escolas do campo. 10) ausência de um plano de desenvolvimento rural no município. 11) migração dos educandos das áreas rurais para as escolas urbanas. 12) censo agropecuário desconsidera a população camponesa. 13) pouca participação das comunidades nas iniciativas de desenvolvimento do campo e suas escolas.

Em síntese, o PME de Nova Iguaçu mostra caminhos para possíveis transformações das histórias de vida e realidades dos sujeitos envolvidos. Defende a gestão democrática e o diálogo entre os diversos atores. Propõe ainda objetivos e metas, definindo diretrizes e apontamentos para implementação de projetos político-pedagógicos próprios nas escolas do campo, contemplando os seguintes aspectos: 1) Análise da situação da educação no município e definição de políticas e diretrizes gerais. 2) Definição de objetivos e metas setoriais, abrangendo: a) educação infantil; b) ensino fundamental; c) educação de jovens e adultos; d) educação especial; e) educação do campo; f) educação comunitária; g) profissionais da educação; h)

gestão e financiamento educacional; i) demandas ao PEE (Regime de Colaboração). 3) Acompanhamento e avaliação do PME. Esse plano tem sua validade entre os anos de 2008 a 2018.

Neste artigo trataremos, basicamente, dos objetivos e metas da educação do campo no PME/NI. Objetivo 1: Adotar diretrizes curriculares próprias para a Educação do Campo - pedagogia que respeite a cultura e a identidade do campo. Metas: 1) Definição pelo CME de diretrizes para a Educação do Campo, até 2010, tendo como referência as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. 2) Criar matriz curricular específica para Educação do Campo até 2009. 3) Adotar calendário escolar de acordo com as características de cada comunidade do meio rural. 4) Elaboração de regimento escolar específico para as escolas do campo, até 2009. 5) Viabilizar projetos e programas específicos para a parte diversificada do currículo, garantindo suporte financeiro. 6) Garantia de apoio à produção e divulgação de material didático pedagógico específico para educação do campo.

Objetivo 2: Viabilizar uma política de formação e vinculação dos educadores adequados às escolas do campo. Metas: 1) Formação continuada específica para 100% dos professores que atuam no meio rural, com frequência mínima de 25% de professores ao ano. 2) Criar mecanismos de aproveitamento de mão de obra local nos projetos e programas específicos para o campo. Objetivo 3: Dotar as escolas do campo de recursos financeiros próprios. Meta: 1) Dotação anual de verba específica para as escolas do campo.

Objetivo 4: Assegurar condições de acesso a todas as escolas do meio rural. Metas: 1) Aquisição, nos primeiros três anos do Plano, de transporte para cada escola para a locomoção de docentes e alunos. 2) Garantia pelo município de adequação e manutenção permanente das estradas e vias de acesso às escolas do campo. Objetivo 5: Oferecer à comunidade rural assistência integral a saúde. Meta: 1) Estabelecimento de parcerias garantindo assistência integral a saúde à comunidade rural.

Objetivo 6: Otimizar a estrutura física dos prédios assim como os recursos da escola do meio rural. Metas: 1) Reforma e/ou ampliação, até o final de 2010, de todas as unidades escolares e manutenção anual, adequadas às especificidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. 2) Dotação de todas as escolas do campo com recursos pedagógicos, tecnológicos, ecológicos e culturais (biblioteca, internet, sistema de captação de água da

chuva, revitalização e preservação de nascentes, parques infantis e outros recursos). Objetivo 7: Garantir a permanência dos professores nas escolas do campo. Meta: 1) Realização de concurso público nas áreas específicas para a Educação do Campo, até 2010. Objetivo 8: Atender a Educação Infantil nas escolas do campo. Meta: 1) Atendimento a 100% dos alunos do campo, na Educação Infantil, até 2014.

Em relação aos profissionais da educação. Objetivo 1: Promover uma política efetiva de valorização dos profissionais da educação na rede de Nova Iguaçu por meio de: a) Formação continuada dos profissionais da educação; b) Adequação do plano de carreira para atender às necessidades dos profissionais, contemplando: tempo para planejamento, atenção à saúde, auxílio-creche, afastamentos remunerados, incentivo à funções específicas e progressão funcional; c) Adequação do número de alunos por turma, de forma a atender às diferentes características da situação de ensino-aprendizagem. Metas: 1) Elaboração do plano de formação, com definição de mecanismos de apoio à participação dos docentes em programas de formação inicial e continuada, até 2010; priorizando os profissionais alfabetizadores, durante a vigência do Plano. 2) Destinação, a partir de 2009, de 20 a 25% da carga horária do docente para formação continuada, preparação de aulas, avaliações e reuniões.

Objetivo 2: Instituir a jornada de tempo integral do docente, com incentivo à dedicação exclusiva. Meta: 1) Garantia, até o final do plano, de jornada de trabalho em tempo integral a, no mínimo, 50% dos docentes. Objetivo 3: Realizar concursos públicos para os cargos definidos para áreas específicas no plano de carreira. Objetivo 4: Promover avaliações regulares dos profissionais da Educação privilegiando mecanismos internos de auto-avaliação. Objetivo 7: Assegurar aos profissionais da educação acesso aos bens culturais. Meta: 1) Criação de mecanismos, por meio de convênios com o setor público e privado, que facilitem a aquisição de livros, acesso a espaços culturais e promoção de eventos.

Tal documento legitima a educação do campo no município e estabelece parcerias com profissionais da educação, sociedade civil e movimentos sociais que dialoguem com essa temática. Nesta configuração, é possível a concentração de esforços na tarefa de formar sujeitos críticos, sensíveis às histórias de vida, identidades e memórias, participativos e comprometidos com a construção de uma outra sociedade, onde o respeito e valorização das diversidades seja regra e não mais exceção. Segundo os movimentos sociais, a sociedade civil organizada deve cobrar do poder público

a implantação dessas diretrizes, unindo forças para que a educação do campo se efetive, enquanto, práxis pedagógica libertadora e de transformação social.

A ESCOLA MUNICIPALIZADA CAMPO ALEGRE

Campo Alegre é um assentamento histórico e fundamental na luta pela terra no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro. Na década de oitenta, durante o Governo de Leonel de Moura Brizola, reuniu a maior quantidade de famílias em prol da reforma agrária. Sua importância histórica articula-se com a organização dos trabalhadores do campo oriundos de várias regiões da Baixada Fluminense: Pedra Lisa, Normandis, Quebra Coco, Santa Terezinha, São Bernardino, entre outros territórios. O sucesso dessa ocupação em 1984 fortaleceu a consciência da população que vivia aglomerada no entorno dos grandes centros urbanos. Ocupar, resistir e produzir poderia ser o caminho para uma nova sociabilidade, uma vida mais justa, saudável, com terra, trabalho, saúde e cultura. O Estado diante das possibilidades de sucesso da ocupação de Campo Alegre e coerente com a política de especulação e concentração fundiária, promoveu o fracasso de tal ocupação. As políticas públicas de desarticulação implementadas pelas secretarias e um conjunto de outras ações articuladas, pelos diversos organismos do Estado, atuaram no mesmo sentido. A secretaria de transporte, por exemplo, contribuiu para destruição das vias de acesso, dificultando o escoamento dos produtos oriundos das pequenas propriedades rurais, sempre com o discurso da modernização e produtividade. (MACHADO, 2011).

Nesse breve resgate histórico, como fica o papel da Escola Municipalizada Campo Alegre na atualidade? A discussão sobre a necessidade, ou não, de formação específica para o trabalho com as populações do campo em Nova Iguaçu ainda é polêmico. Parte dos professores rejeitam tal formação e não reconhecem as especificidades das escolas do campo. Um elemento que marcou a movimentação interna recente da Escola Municipalizada Campo Alegre foi o processo de formação continuada de professores e a proposta de construção de um material didático, especificamente, voltado para a realidade local. A iniciativa da UFRRJ, CPT e MST em realizar uma formação para os profissionais da educação, lotados nessa escola, marcou a gestão do Professor Romário Machado, no ano de 2011. Gestão essa preocupada no estreitamento das relações com os movimentos sociais mencionados acima e a associação de produtores rurais das sete regionais de Campo Alegre. Importante registrar que essa relação contribuiu para o acúmulo de experiências acerca da implementação da

educação do campo nas demais escolas da rede pública municipal de Nova Iguaçu. (MACHADO, 2011).

A formação compreendeu um total de 12 Encontros realizados na E. M. Campo Alegre, envolvendo professores, gestores, orientação educacional e pedagógica, coordenação político-pedagógica e as duas estagiárias da LEC – Licenciatura da Educação do Campo que atuavam na escola, residem em Campo Alegre e são militantes do MST. A coordenação dos encontros foi dividida entre os representantes do MST, CPT e UFRRJ. A metodologia empregada na formação considerou as práticas educativas desenvolvidas nos currículos escolares das escolas do campo e a promoção de práticas integradoras e emancipatórias. Segundo Machado (2011) os debates que se seguiram às formações, mesmo que informais, na sala dos professores ou no transporte para escola, contribuíram muito para esclarecer, afirmar ou negar os conceitos acerca da educação do campo. O debate suscitado no interior da escola era prova concreta de que parte dos objetivos havia sido alcançado.

O curso teve a intenção de debater a implementação da educação do campo, enquanto modalidade de ensino, em Nova Iguaçu. Alguns questionamentos foram feitos, como por exemplo: existe intercâmbio com os movimentos sociais? Trabalha-se na perspectiva de exercitar criticamente a cidadania, diante das injustiças sociais e econômicas que devem ser superadas? Importante sinalizar que a constatação dos obstáculos faz parte dos problemas que a educação do campo deve enfrentar na atual conjuntura. A garantia da formação continuada e a luta por espaços, físico e político, no calendário escolar são alguns dos desafios a serem alcançados pela educação do campo. Entendemos, no caso da E. M. Campo Alegre, que a comunidade escolar deve exercer, de forma autônoma e responsável, a tal liberdade democrática para romper com as péssimas condições de infra-estrutura. Seus membros devem estar organizados coletivamente para cobrar do poder público as reformas e demais estruturas negligenciadas. Essas questões contribuem para o resgate das práticas e dos saberes que resultaram na criação do assentamento em 1984 e nas conquistas obtidas pela classe trabalhadora na atualidade.

Importante fazer o registro do livro didático: *Campo Alegre: memórias em movimentos e gerações em luta*, organizado no Assentamento Campo Alegre, a partir das visitas à Escola Municipalizada Campo Alegre. Uma parceria firmada entre a UFRRJ, através da licenciatura em educação do campo, educadores e educandos da escola, MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, CPT - Comissão Pastoral da Terra e

Secretaria Municipal de Educação. A intenção do livro foi resgatar a história da luta pela terra em Campo Alegre, valorizando as histórias de vida, memórias, identidades, saberes, sonhos e desejos dos seus atores, individuais e coletivos, considerando as especificidades desse território. Outra preocupação do livro foi compreender a inserção das lideranças da CPT – Comissão Pastoral da Terra e do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, educadores, educandos e comunidade, na luta dos trabalhadores camponeses e organização político-pedagógica da escola. No assentamento, a luta por terra, educação, justiça, cidadania, permanência e dignidade no campo tem, aproximadamente, trinta anos. São décadas de ocupação, resistência, solidariedade e trabalho coletivo, valores constantemente ressignificados.

Os temas geradores a seguir, presentes no livro, contribuirão para conhecermos, com mais profundidade, as demandas atuais de Campo Alegre: Escoamento da produção agrícola. Melhoria das estradas. Incentivo à produção agrícola. Toda escola precisa de reformas e manutenção. Como anda a nossa escola? Expulsão dos trabalhadores do campo. É verdade que o campo no Brasil está cada vez mais masculinizado e idoso? As moças e os jovens não querem mais viver no / do campo? Campo Alegre será afetado pelo Arco Metropolitano? Quais os impactos do empreendimento imobiliário em Campo Alegre? Qual a situação da segurança pública e energia elétrica? Como andas a cooperativa? O que fazer para reativá-la?

No livro, além dos temas geradores, identificamos as seguintes questões para debates e produção textual: Que História de Campo Alegre você conhece? Converse com os moradores mais antigos sobre a História de Campo Alegre. Você sabe o que é um movimento social? Faça uma pesquisa sobre os movimentos sociais que você conhece na sua região. Conhece as regionais que fazem parte de Campo Alegre? Fale um pouco do prazer e das dificuldades que você tem em viver nesse assentamento da reforma agrária. Você conhece algum trabalhador e trabalhadora rural que abandonou Campo Alegre? Quais foram os motivos? Qual a situação das estradas em Campo Alegre? Podemos fazer alguma coisa para melhorar? O que? Qual a situação da Escola Municipalizada Campo Alegre? Podemos fazer alguma coisa para melhorar? O que?

Na Escola Municipalizada Campo Alegre, além do curso de formação de educadores e a elaboração do livro didático, presenciamos o envolvimento da comunidade com o projeto: oficinas, rodas de leituras e contação de histórias na formação de professores do campo. O presente projeto consiste na

realização de rodas de leitura, oficinas de construção de fantoches com caixas de leite e contação das histórias dos movimentos sociais e povos tradicionais no Estado do Rio de Janeiro. A intenção com as oficinas é ensinar as crianças montarem fantoches com caixa de leite, tendo como objetivo incentivar o aproveitamento de materiais recicláveis na escola do campo. Geralmente são utilizados os seguintes materiais para montagem dos fantoches: cartolina, tesoura, cola, fita adesiva dupla face, lápis de cor e caixas de leite. As caixas de leite são arrecadadas pelos integrantes do projeto, estudantes e professores das escolas do campo.

Essa oficina, de forma lúdica, conta as histórias dos povos Quilombolas e Caiçaras do Rio de Janeiro, além das lutas por terra, educação no MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e CPT – Comissão Pastoral da Terra. As rodas de leituras e as histórias são contadas pelos integrantes do projeto, numa estreita articulação com os estudantes e educadores da Escola Municipalizada Campo Alegre. Após a contação, todos os sujeitos participantes da oficina, ilustram uma parte da história. Nesta atividade, são utilizadas cartolina branca, folha de ofício, giz de cera, papel cartão e diversos outros materiais didáticos.

As oficinas podem contar com a participação de cerca de dez crianças entre 3 e 14 anos de idade. Elas escutam as histórias e ilustram a parte que mais gostaram. Na maioria das vezes, desconhecem a história dos povos quilombolas, indígenas e caiçaras, além das lutas travadas pelos movimentos sociais do campo. Algumas crianças até já ouviram falar de quilombo, o que podemos considerar um indicativo positivo. Esses são espaços extremamente importantes que oportunizam a troca de conhecimentos e vivências, incentivando a educação do campo, educação popular e formas lúdicas de produção do conhecimento, no intuito de se fazer conhecer a historicidade dos movimentos sociais e as várias vertentes da luta pela terra.

Essa experiência mostra que as crianças, quando participam das oficinas, ficam muito mais interessadas nas histórias dos povos quilombolas e caiçaras. Ao final da oficina, realizam um varal com as ilustrações e penduram para exposição no pátio da escola ou nas salas de aula, com enorme entusiasmo. Em relação à construção dos fantoches, essa oficina tende a ser também muito bem recebida pelos estudantes e educadores do campo, com a possibilidade, inclusive, de fabricar e levar seu próprio fantoche para casa. Essa construção coletiva é significativa na construção de inúmeros valores, mostrando as várias possibilidades de reaproveitamento dos objetos que iriam para o lixo.

As rodas têm a intenção de difundir o prazer pela leitura e a aproximação com a cultura afro-brasileira, indígena, caiçaras e dos movimentos sociais, contribuindo com a produção do conhecimento através da convivência com histórias, memórias, identidades e contos desses atores produtores de conhecimentos e saberes. As rodas de leituras ressignificam a presença dos sujeitos camponeses na formação histórica e cultural do povo brasileiro, numa perspectiva dialógica e de estudo da realidade, destacando sua importância, resistência e contribuições na formação dos educadores. Trabalha-se com a contação de histórias de livros didáticos, paradidáticos, cartilhas e demais documentos do mercado editorial voltados para valorização da oralidade (narrativa) dos estudantes e educadores da Escola Municipalizada Campo Alegre. Estimula-se ainda, as narrativas próprias dos educandos, registrando-as nas atividades das rodas de leitura, como constituintes das ressignificações e dialogicidade no estabelecimento de novas ações. Nessa conjuntura, percebemos alguns avanços na formação e reconhecimento dos educadores e educandos do campo em Nova Iguaçu. A semente de valorização desses sujeitos foi lançada e está permeada pela confiança, emoção, lutas e resistências. Algumas das sementes plantadas parece que darão frutos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos que o desrespeito às identidades dos sujeitos do campo nos meios de comunicação, imprensa, instituições públicas e privadas da sociedade brasileira contribuem com provocações, humilhações e destruição da auto-estima. Segundo Honneth (2003) o reconhecimento deve envolver três aspectos essenciais: a experiência do amor e a possibilidade da autoconfiança; a experiência do reconhecimento jurídico e a do auto-respeito; a experiência da solidariedade e a relação com a auto-estima. Acreditamos que a esperança e a ética do ser humano deve dialogar com os sonhos, lutas e respeito aos sujeitos, individuais e coletivos. Respeito que vá além dos debates teóricos. Os educadores nas escolas do campo de Nova Iguaçu, compreendem a necessidade de valorização da poesia, artes, versos escritos e cantados por seus educandos. O olhar criterioso acerca das políticas públicas de educação do campo é outra preocupação estratégica desses sujeitos, relatadas nos fóruns de educação do campo e nas atividades desenvolvidas junto à UFRRJ. Esse olhar permite uma maior aproximação com a experiência do amor, da solidariedade e a luta pelo reconhecimento identitário, defendida em Honneth (2003).

Por fim, acreditamos que os movimentos sociais do campo, enquanto sujeitos coletivos, podem contribuir com as universidades, secretarias

estaduais e municipais de educação, formando educadores e educandos que respeitem as identidades dos trabalhadores rurais, lideranças comunitárias, simpatizantes da luta pela terra e educação do campo, numa perspectiva crítica e emancipadora, somados a construção de novas experiências de produção agroecológica e cooperativa. Entendemos que os objetivos deste trabalho foram alcançados, considerando as histórias de vida de educadores e educandos, memórias e vida cultural, constitutivas de valores, conflitos de ideias, lutas pelo reconhecimento identitário e novas formas coletivas e democráticas de relacionamentos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Nova forma de luta pela terra:** acampar. Revista Reforma Agrária. (Campinas), v. 15, 1985.

ANTUNES – ROCHA, Maria Isabel. Formação de educadores e educadoras da Reforma Agrária no contexto do PRONERA: uma leitura a partir das práticas. In: Clarice Aparecida dos Santos, Mônica Castagna Molina, Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). **Memória e história do Pronera:** contribuições para a educação do campo no Brasil. Brasília: Ministério do desenvolvimento Agrário, 2010. p. 121-137.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Aracy Alves [Orgs]. **Territórios Educativos na Educação do Campo.** Autêntica, 2012.

ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

ARROYO, Miguel G. & FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo** – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n° 2.

ARROYO, Miguel G.; Mônica Castagna Molina e Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do Campo** – Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2004. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n° 5.

BEZERRA Neto, Luiz. **Sem Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

BEZERRA Neto, Luiz; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos, NETO, José Leite. (Orgs.). **Na luta pela terra, a conquista do conhecimento**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

BEZERRA Neto, Luiz; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. (Orgs.). **Educação para o campo em discussão: reflexões sobre o Programa Escola Ativa**. São José: Premier, 2011.

BICALHO, Ramofly dos Santos. **Alfabetização no MST: experiências com jovens e adultos na Baixada Fluminense**. Campinas: Editora Komedi, 2005.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: trajetória de educadores e lideranças**. Campinas: Editora Komedi, 2008.

BOGO, Ademar. (Org). **MST: Caderno de cultura n° 1 – gerações: coletâneas de poesias**. SP: 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): manual de operações**. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.incrá.gov.br/portal/arquivos/projetos_programas/0127102302.pdf.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária –PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília, Sessão1, 5 nov. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2010/decreto/d7352.htm.

BRASIL – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 86 de 1º de Fevereiro de 2013**. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Brasília/DF: GABINETE DO MINISTRO. Disponível em http://www.lex.com.br/legis_24140877_PORTARIA_N_86_DE_1_DE_FEVEIREIRO

CALDART, Roseli Salete; ARROYO, Miguel Gonzáles & MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. RJ: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli S.; STEDILE, Miguel E.; DAROS, Diana. [Orgs]. **Caminhos para transformação da Escola 2: Agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo.** Expressão Popular, 2015.

CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. [Orgs]. **Dicionário da Educação do Campo.** Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salet. **Sem Terra com Poesia.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Educação em movimento: Formação de educadoras e educadores no MST.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun, 2003.

_____. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção.** In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs.). *Educação do Campo: identidade e políticas públicas.* Brasília: 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4, p. 25-36.

_____. **Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo.** Expressão Popular, 2010.

CHAUI, Marilena de Souza. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Cortez, 2001.

ELIAS, Norbert. **Sociedade dos indivíduos.** RJ: Zahar, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. In: Clarice Aparecida dos Santos (Orgs). **Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação.** Inera, MDA/NEAD, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Teoria e política agrária: subsídios para pensar a educação do campo. In: FOERSTE, E.; SCHÜTZ-FOERSTE, G. M.;

DUARTE, L. M. S. (Orgs). Vitória, ES: PPGE/UFES, 2008. **Coleção Por Uma Educação do Campo**, n. 6, p.155-178.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. RJ: Paz e Terra, 1975.

_____. **Educação como prática de liberdade**. RJ: Paz e Terra, 1983.

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. SP: Ed. 34, 2003.

MACHADO, Romário Silveira. **A trajetória de minha formação política e pedagógica na luta pela implementação da educação do campo no município de Nova Iguaçu**. Monografia apresentada ao Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2011.

MOLINA, Mônica Castagna & SÁ, Laís Mourão. (Orgs.) **Licenciaturas em Educação do Campo: registros e reflexões a partir das experiências piloto**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Coleção Caminhos da Educação do Campo, 5)

MOLINA, Mônica Castagna. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**. 2003. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil Reflexões a partir da tríade: Campo –Política Pública – Educação. In: Clarice Aparecida dos Santos, Mônica Castagna Molina, Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (Orgs.). **Memória e história do Pronera: contribuições para a educação do campo no Brasil**. Brasília: Ministério do desenvolvimento Agrário, 2010. p. 29-63.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa II**. MDA/MEC 2010.

MOLINA, Mônica C.; FREITAS, Helena C. de A. [Orgs]. **Em Aberto – Educação do Campo**. INEP/MEC 2012.

MOLINA, Mônica Castagna. (Org). **Licenciaturas em Educação do Campo e o Ensino de Ciências Naturais**: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar. MDA / Série NEAD Debate 23, 2014.

NOVA IGUAÇU. **Plano Municipal de Educação**. 2008 - 2018.

TIERRA, Pedro. Poesia. In: BOGO, Ademar. (Org.) **MST**: Caderno de cultura n• 1 – gerações: coletâneas de poesias. SP: 2002.

UFRRJ. **Campo Alegre**: Memórias em movimentos e gerações em luta. RJ, 2013.

VENDRAMINI, Célia Regina e AUED, Bernardete Wrublevski. **Educação do Campo**: desafios teóricos e práticos. Florianópolis: Editora Insular. 2009.

*Recebido em 19/02/2016
Aprovado em 11/05/2016*